



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS



Salas de aula vazias: uma rotina temerária de São Cristóvão

...dro negro no qual
...reve, carteiras sem
...las de aulas vazias.
Municipal Cleodice
...a Cruz, situada no
...Coqueiro, em São
...o, e outras 45 escolas
municipal se encon-
...im, desertas.
...dos dessa situação,
...alunos, que ainda
...ciaram o ano letivo
...3 na Cleodice Araújo
...Cruz, - imagine! - já
...edindo a transferên-
...s filhos para escolas
... situadas em Rita
...e, povoado vizinho.
...por ser maio, já não
...is vagas.
...tuação se repete nas
...as dos povoados próxi-
...vizinhos ao Coqueiro.
...do em busca de infor-
...ões sobre o fechamento
...scola Cleodice, os pais
...informados de que a
...de aulas se deve à greve
...municipal dos professores
...já dura mais de dois
...es, numa eterna queda
...braços com a Prefeitura.

MUNICÍPIOS GERAL
AULAS
ansados da situação, pais de alunos já buscam vagas em escolas fora da rede pública municipal
Greve para 45 escolas de São Cristóvão

Com a escola parada, a preocupação dessas famílias é com a perda total do ano letivo dos filhos. Mas existe uma preocupação mais ampla de que, ociosos, esses estudantes possam facilmente pender para um caminho ruim - algo que em São Cristóvão, sob o império das drogas, é um risco constante.

Até 21 de dezembro de 2012, havia aula normalmente na Escola Cleodice Araújo da Cruz. "Dia 25 de fevereiro, iniciamos as aulas deste ano e seguimos assim até 4 de março. Só paramos com a greve", explicou Isabel dos Santos, diretora da escola.

Apesar de tudo isso, Isabel dos Santos mantém o estabelecimento aberto diariamente até às 12h para o caso de possíveis transferências. Na parte da tarde, o colégio fica sob os cuidados da zeladora. Para os pais, o sentimento de insatisfação só cresce ao ver as crianças em casa, sem estudar.

Com a falta de aulas no povoado, começou uma romaria frustrada em busca de vagas em Rita Cacete. "Fui lá, mas não encontrei vaga para meu filho de oito anos. Enquanto isso, ele fica em casa, sem aprender", lamenta a catadora de mariscos, Jíjia Santana Leite.

Assim como ela, a também marisqueira Edilma de Oliveira, que tem filhos matriculados na Escola Cleodice Araújo, reclama da falta de opções. "Coloquei uma filha na banca, mas não tenho como pagar para os outros dois. E então, como fico?", questiona a mãe.

IMPASSE

A realidade da educação nas escolas de São Cristóvão é preocupante. A Secretaria de Educação e os professores do Município não chegam a um denominador comum nas negociações a respeito do valor dos salários a serem pagos, e as 45 unidades escolares permanecem lacradas, sem cumprir seus papéis.

De acordo com uma professora do povoado Coqueiro, que preferiu não ser identificada, no início deste ano, o salário dela caiu de algo em torno de R\$ 1,5 mil para pouco mais de R\$ 1,3 mil. "De uma hora para outra, vi todos os meus benefícios cortados", diz ela.

Ainda segundo a professora, a justificativa dada pela Prefeitura de São Cristóvão para o corte salarial é de que esse dinheiro, que foi suprimido, passaria a ser revertido para a realização de obras nas escolas da rede.

O secretário de Educação de São Cristóvão, Mário Jorge Oliveira Silva, admite ter havido a redução da quantia especificada pela professora, um valor que pode chegar a 40%. Mas, nega a justificativa apontada por ela para a retirada das gratificações.

A Secretaria recebe do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação -



Tâmara Carvalho

Isabel atende diariamente pais pedindo transferências

Fundeb - uma verba anual destinada para o salário dos professores e funcionários, além de para investimentos em educação.

"O Fundeb instituiu que 60% dos recursos sejam para o pagamento dos professores e demais profissionais da educação. Mas aqui, 111% estavam somente para

pagamento desses salários, extrapolando até mesmo o

valor do recurso", detalhou o secretário.

Em fevereiro deste ano, a Prefeitura de São Cristóvão, através de um decreto emergencial, suspendeu gratificações como o terço, o triênio, a regência de classe, entre outras que, segundo os gestores, pesavam no orçamento da Educação do Município.

"Em março, uma Lei complementar revogou esse de-

creto e também dois reajustes dados aos professores nos anos de 2011 e 2012. O Município está aberto a discutir com os professores, mas possui limites amparados pela Lei", defendeu Mário Jorge.

No último dia 24 de abril, a Promotoria do Ministério Público do Município apresentou dados relacionados ao pagamento e à receita referentes aos recursos adquiridos para Educação e foi feita uma proposta que garante 100% dos recursos do Fundeb para o pagamento de salários.

Porém, a proposta foi recusada pela categoria, pois ainda não se enquadra na Lei Nacional do Piso para os professores. Enquanto não há um consenso entre a Secretaria de Educação e os professores, quem sofrem são os alunos do Município. Eles e os pais deles. Todos sem aulas.